

FMA Campus Carolina oferta 90 vagas em especialização EAD

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Avançado Carolina abriu edital de seleção para o curso de pós-graduação lato sensu em Gestão e Desenvolvimento Regional na Amazônia (modalidade EaD). Estão sendo ofertadas 90 vagas, com polos de apoio presencial nos municípios de Araiões, Vitorino Freire e Tutóia. As inscrições são gratuitas e poderão ser feitas pela internet, de 12 de dezembro a 16 de janeiro.

Do total de vagas, 30 são destinadas ao pólo de Araiões, 30 para o de Vitorino Freire e 30 para o de Tutóia. Os candidatos serão selecionados por meio de sorteio público eletrônico e análise de currículo lattes. O sorteio ocorre no dia 27 de janeiro de 2023, com transmissão pelo canal do Campus Carolina no Youtube. O resultado final será publicado no dia 24 de fevereiro, e o prazo para matrículas será de 27 de fevereiro a 3 de março.

Cotas

Do total de vagas ofertadas em cada polo de apoio presencial,

30% são reservadas para o sistema de cotas, conforme a legislação vigente. Podem se inscrever nas cotas os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, além de pessoas com deficiência.

Sobre o curso

O curso de especialização em Gestão e Desenvolvimento Regional na Amazônia (modalidade EaD) do campus Avançado Carolina foi aprovado em 3 de março de 2022, na 65ª Reunião Ordinária do Conselho Superior (Consup) por meio da RESOLUÇÃO Nº 5/2022 DE 3 DE MARÇO DE 2022.

A pós-graduação tem duração de 18 meses e o objetivo é proporcionar uma formação comprometida com o desenvolvimento humano, social e ambiental no âmbito das atividades de gestão e desenvolvimento regional com vistas à qualificação para o exercício de uma prática profissional consciente, cidadã, responsável e sustentável. O curso é coordenado pelo professor Davi Ketley Sousa Moraes.

Fonte: IFMA

Entidades avaliam reunião com GT de Trabalho e Orçamento da equipe de transição de Lula

O Fonasefe se reuniu hoje com o GT de Trabalho e o GT de Orçamento e Gestão da equipe de transição do governo Lula. A partir das 18 horas, representantes das entidades vão comentar o resultado do encontro e as expectativas para o próximo período.

O fórum, que é composto por entidades representativas dos servidores federais, incluindo a Condsef/Fenadsef, apresentou um documento onde enumera as diversas perdas das categorias durante o governo do atual presidente Jair Bolsonaro, e exige a revogação desses ataques.

Também reivindicam um reajuste salarial emergencial de 27%, valor correspondente a inflação do período sem reajuste no governo Bolsonaro.

Fonte: Condsef



INSS volta atrás, suspende paralisação e anuncia atendimento normal nesta quarta (7)

Órgão havia anunciado que paralisaria suas atividades por falta de verbas em função dos bloqueios orçamentários feito por Jair Bolsonaro (PL).

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](https://www.cut.org.br/noticias)

Cortes de Bolsonaro na educação deixam MEC em estado de ‘asfixia’

O governo de Jair Bolsonaro (PL) tem menos de um mês pela frente e seu Ministério da Educação (MEC), praticamente já encerrou as atividades. A pasta não tem verbas para a compra de livros didáticos, o que vai atrapalhar o início do ano letivo em 2023. E também não tem dinheiro para pagar os médicos residentes neste mês. A lista de problemas, que vai muito além, foi apresentada no final da tarde desta terça-feira (6) pelo grupo temático de educação da equipe de transição do governo eleito.

O coordenador dos grupos de trabalho, o ex-ministro da Educação Aloizio Mercadante, fez um resumo dessas emergências identificadas pelos integrantes a partir de reuniões com a equipe do atual governo.

- Faltam recursos para o pagamento de 14 mil bolsas de estudos para médicos residentes;
- Não há recursos no MEC para pagamento de bolsas para 100 mil bolsistas da Capes;
- O governo Bolsonaro não empenhou recursos para o Programa Nacional do Livro Didático;
- Cortes e bloqueios impedem que os reitores de universidades e institutos federais de educação técnica e tecnológica tenham recursos para pagar contas de serviços básicos, como luz, água, segurança e também de ações em prol da permanência estudantil;
- Faltam recursos para a educação infantil e alfabetização.

Possibilidade de apagão no Enem, Sisu, Fies, Inep e Fundeb

Coordenador do núcleo temático de educação, o ex-ministro



Henrique Paim, que atuou no governo Dilma Rousseff (2014-2015), chamou atenção para outra dificuldade que o novo governo terá de enfrentar de imediato: o fim de contratos de serviços de tecnologia da informação. “São serviços que precisam estar em pleno funcionamento já em janeiro, como o Sisu, o Fies, e mesmo o Inep, o Fundeb”, disse, alertando para a possibilidade de apagão nessas áreas.

Também reforçou a gravidade da situação orçamentária e financeira, que prejudica a educação neste final de 2022 e começo de 2023. “Se não houver liberação de recursos pelo atual governo, vai ter atraso na entrega dos livros para os alunos nas escolas ano que vem, atrapalhando as aulas. E a gente sabe também que há novas medidas e decretos na pasta, aos quais pedimos acesso para não sermos pegos de surpresa”, disse.

Responsabilidade de Bolsonaro no desmonte do MEC

Para Mercadante, o quadro da educação é talvez o mais grave entre outras áreas em situação crítica. Ele lembrou que da educação dependem

diversos outros setores, e também o futuro do país. E lamentou que o governo de transição ainda não tenha sido procurado por integrantes do atual governo. “Alguns são até mais abertos. Mas a gente conversa e percebe que em geral os ministros parecem viver em uma realidade paralela”, disse.

Diante da situação, o coordenador foi enfático em relação à responsabilidade do atual governo. “Jair Bolsonaro quebrou o país. Tudo bem que teve pandemia, guerra. Mas também má gestão. Neste período eleitoral, Bolsonaro furou o teto em R\$ 800 milhões. Perto da eleição, havia 2,5 milhões de “famílias” unipessoais (ou seja, de uma única pessoa) recebendo auxílio, que eles reconhecem agora. A Caixa liberou R\$ 4 bilhões de crédito consignado para 2 milhões de pessoas que a partir de janeiro vão perder seu auxílio. Aí teve subsídio para combustível para motorista de caminhão. Um represamento durante anos e, na véspera da eleição, romperam a comporta e não tem dinheiro pra pagar”, disse.

Fonte: CUT